



**Isabela Colombini  
Soares**

Graduada em Relações  
Internacionais e em  
Ciências Econômicas  
pela Pontifícia  
Universidade Católica  
de Campinas (PUC-  
Campinas).

**DEBATES E TENSÕES SOBRE A PERMANÊNCIA DA DISSUAÇÃO  
NUCLEAR E O FUTURO DO REGIME DE NÃO PROLIFERAÇÃO**  
DEBATES AND TENSIONS ON THE CONTINUITY OF NUCLEAR  
DISSUASION AND THE FUTURE OF NON-PROLIFERATION  
REGIME

**RESUMO:** Um dos temas mais discutidos nas Relações Internacionais é a segurança. O marco da mudança na temática foi em 1945, com o surgimento das armas nucleares e o início da Guerra Fria. Com a presença de armamentos – que poderiam acabar com o mundo –, a comunidade internacional se organizou para estabelecer parâmetros globais por meio de acordos e convenções. Tendo em vista tal cenário, este artigo apresenta o estado da arte do regime de não proliferação. Tem-se como questionamento se a dinâmica atual fortalece o regime de não proliferação nuclear, e se, em face dos desafios atuais, o regime consegue se manter ou se existem indicativos de abandono. Dessa maneira, foram utilizados, principalmente, livros e teses do marco neorrealista da Teoria das Relações Internacionais, a fim de responder a indagação. A estrutura deste artigo é dividida em seções: as novas guerras, dissuasão nuclear e práticas contraditórias, militarização dos países e o futuro do regime. Conclui-se que o regime de não proliferação nuclear precisa ser reestruturado, a fim de ser condizente com a dinâmica global atual. O maior desafio encontrado é o temor de que esse regime se concentre apenas nas potências ocidentais e não seja capaz de englobar a todos.

**Palavras-chave:** Segurança internacional; Regime de não proliferação nuclear; Armas nucleares; Instituições internacionais.

**ABSTRACT:** One of the most discussed topics in International Relations is security. The pivotal point in the change of the theme was 1945, with the emergence of nuclear weapons and the onset of the Cold War. Faced with the presence of weapons that could end the world, the international community organized itself to establish global parameters through agreements and conventions. Due to this scenario, the article presents the state of the art of the non-proliferation regime. There is a question about whether the current dynamics strengthen the nuclear non-proliferation regime, and in the face of current challenges, whether the regime can sustain itself or if there are indications of its abandonment. In this way, mainly theses from the neorealist framework of the Theory of International Relations were used to answer the question. The structure of the article is divided into sections: new wars, nuclear deterrence and contradictory practices, militarization of countries, and the future of the regime. It is concluded that the nuclear non-proliferation regime needs to be restructured to be consistent with the current global dynamics. The greatest challenge encountered is the fear that this regime may focus solely on Western powers and not be able to encompass every nation.

**Keywords:** International security; Nuclear non-proliferation regime; Nuclear weapons; International institutions.

## 1 Introdução

A proliferação de armas nucleares por Estados ou atores não estatais é uma das maiores ameaças à segurança internacional. Como esse é um problema global, exige uma resposta multilateral. Atualmente, nove Estados detêm armas nucleares, são eles: Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França, China, Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel; outros trinta, segundo o *International Institutions and Global Governance Program* (2012), possuem tecnologia suficiente para rapidamente adquirir as armas.

Desde que as armas nucleares passaram a fazer parte da realidade global, mudanças significativas ocorreram, e o cenário internacional atualmente apresenta novos desafios que se adicionam àqueles decorrentes da proliferação nuclear. As grandes violações aos direitos humanos, o aumento da militarização dos países, o crescimento de governos populistas, a existência de nacionalismos exacerbados, dentre outros fatores reanimam tensões interestatais e intranacionais, inclusive com o envolvimento de países nuclearmente armados, e tornam incerto o futuro do regime de não proliferação.

Esse sistema tem encontrado mais obstáculos à medida que ele se torna mais sofisticado. É evidente que muitos Estados, ao invés de reforçarem o controle de armas e o sistema de não proliferação, têm adotado a prática de enfatizar a ação militar preventiva e a busca por novas capacidades nucleares para dissuadir inimigos que buscam armas de destruição em massa. Essa atitude prejudica o regime em questão e acaba fornecendo uma falsa impressão de segurança. Nesse sentido, a diplomacia multilateral fica em segundo plano, e os esforços de desarmamento permanecem apenas no papel.

Assim, embora o Tratado de Banimento de Armas Nucleares (TBAN) tenha sido recentemente ratificado por meia centena de países, o movimento é insuficiente para atingir as potências nucleares e incapaz de modificar as dinâmicas dissuasórias existentes. Portanto, prova de que tais Estados têm incrementado sua segurança nuclear é a instrumentalização dos avanços em inteligência artificial para esse setor. Novos computadores podem alterar as regras básicas da dissuasão, uma vez que podem afetar a capacidade de retaliação assegurada e aumentar percepções de existência de ameaças iminentes.

Os obstáculos mencionados são observados à luz de três elementos transversais da segurança internacional que afetam diretamente as tendências do regime de não proliferação nuclear e que serão abordados a seguir: as novas guerras, o recurso das grandes potências à dissuasão e o aumento da militarização no mundo.

## 2 As novas guerras

Segundo Mary Kaldor (2012), nas décadas finais do século XX, foi criada uma forma de violência organizada – decorrente da globalização – que ficou conhecida pelo fenômeno de “novas guerras”. Nesse viés, entende-se que as novas guerras têm diferenças das do passado, as quais eram normalmente derivadas da conflituosidade de um Estado contra outro. Ademais são distintas em relação ao crime organizado, já que a motivação é diferente e as violações dos direitos humanos ocorrem em larga escala.

O tipo “antigo” de guerras é considerado uma interação social, que envolve os homens pelo uso da violência física. Kaldor (*idem*) afirma que houve evolução das guerras antigas desde o século XVII até o século XXI. Em geral, houve mudanças no tipo de força militar, nas estratégias e técnicas, assim como nos meios de fazer guerra. Mas, apesar das diferenças, o fenômeno era o mesmo: a construção de um Estado moderno, centralizado, hierárquico e territorial (*idem*). Uma definição de guerra apresentada por Bull é “guerra é a violência organizada e praticada por unidades políticas umas contra as outras. A violência não é guerra, a menos que seja praticada em nome de uma unidade política” (Bull, 2002, p. 178, *tradução nossa*)<sup>1</sup>.

Outro caráter importante é o processo do monopólio da violência e o papel do soldado. Antes, o soldado ou policial era o agente que tinha a legitimidade de combate, chamado por Max Weber (1981) de autoridade legal racional, o qual era controlado pelo Estado, sendo assim, o indivíduo agindo em nome do Estado possuía o monopólio legítimo da coerção física em prol da manutenção da ordem. Dessa forma o Estado detém todo o poder e é amparado pelo racionalismo e leis estatutárias.

De maneira diferente, os novos tipos de guerra ocorrem, em geral, para reivindicar o poder para bases tradicionais, como a nação, a tribo ou a religião. O fenômeno das novas guerras está ligado ao processo de globalização. Segundo Kaldor (2012), houve a quebra de cultura vertical e o aumento da cultura horizontal, baseada em culturas emergentes. Isso significa que a globalização envolve o complexo processo em que estão envolvidos os globalizados e os localizados, onde ocorre a integração ou a fragmentação, a homogeneização ou a diferenciação. Enquanto alguns estão sendo incluídos no processo transnacional, outros, mesmo que excluídos do fenômeno, sentem as profundas mudanças.

---

<sup>1</sup> Texto original em inglês: é “war is organised violence carried on by political units against each other. Violence is not war unless it is carried out in the name of a political unit” (BULL, 2002, p. 178).

Nesse cenário, o Estado que exercia o monopólio da força vê sua erosão. Não se trata mais de guerras aceitáveis que faziam parte da vida política; são conflitos que possuem larga escala em violação aos direitos humanos e não estão descritos nas leis internacionais de guerra. Há o enfraquecimento das estruturas estatais e o surgimento de atores não estatais – sendo que alguns desses contestam a ordem existente. É um novo tipo de violência organizada, diferentemente das guerras tradicionais, a violência contra a sociedade civil é palco e alvo dos atores.

A tese de Mary Kaldor foi usada para exemplificar o aumento de ameaças no mundo contemporâneo. Atualmente as preocupações de guerra e conflitos envolvem mais atores do que somente os Estados soberanos, envolvem atores não estatais que podem contestar o *status quo*. Em relação às armas nucleares, existe o medo de que alguns desses agentes possam fazer seu uso, principalmente, porque – como apontado por Kaldor – haverá o aumento da barbárie, além de grandes violações aos direitos humanos, caso essas armas sejam usadas (2012).

Segundo Hoffman (2006), a partir dos anos 1980, alguns governos adotaram o terrorismo como um instrumento de política externa, por meio do seu patrocínio, uma vez que é uma ferramenta com baixos custos e, se realizado com sucesso, o perpetrador permanece anônimo, sem haver a possibilidade de ameaças internacionais, represálias ou punição. Essa relação para o grupo terrorista é ainda melhor, devido à maior liberdade e à capacidade de atuação, já que o Estado oferece o aparato militar, o diplomático e a inteligência.

Enquanto o terrorismo tradicional tinha o objetivo de chamar a atenção e obter publicidade para uma determinada causa, mirando lugares mais simbólicos que representavam a fonte da hostilidade do grupo, não havia o receio de que um ataque em massa ocorresse, e tampouco o nuclear. No entanto, hoje, e principalmente após o atentado ocorrido em 11 de setembro, as preocupações de um ataque terrorista em massa a partir de armas nucleares aumentaram. A violência empregada pela nova geração desses atores é mais letal; a organização se dispersou, sua estrutura é opaca, logo, seus objetivos não são bem definidos.

Durante um encontro de líderes em 2016, o ex-presidente estadunidense, Barack Obama, apresentou seus receios sobre o terrorismo nuclear. Ele afirmou que não há dúvidas de que se as armas ou bombas nucleares caírem nas mãos erradas, serão usadas para matar o maior número de pessoas possível, e a única maneira de evitar esse cenário é manter a segurança das armas para que nunca estejam na posse de pessoas erradas (Smith, 2016). Esta é uma das maiores ameaças à segurança global, principalmente porque os atores clandestinos não possuem

compromissos com valores universais e restrições impostas por Estados a fim de conter violações maciças aos direitos humanos.

A possível construção de armamento nuclear por parte dos grupos terroristas é discutível, já que depende de conhecimento tecnológico e de alto capital. Ou seja, é improvável que um grupo terrorista consiga fabricar uma arma perfeita, porém, é possível sua fabricação de forma “suja”, que possui instabilidade e representa grande perigo. Segundo Frank Barnaby (2005), uma arma nuclear suja é uma arma radiológica simples e primitiva, que se constitui em um expositivo com alta quantidade de material radioativo.

Bunn e Wier (2004) acreditam que o maior risco seja que grupos terroristas tenham acesso à tecnologia por meio de roubo de materiais. Conforme o banco de dados da Agência Internacional de Energia Atômica, há incidentes de tráfico de urânio enriquecido ou de plutônio. Os casos são crescentes, mas os Estados não estão dispostos a confirmar, principalmente porque isso revelaria fraquezas na proteção desses materiais.

Outro aspecto acerca do terrorismo nuclear é a possibilidade do roubo da arma já completa. O maior problema é em relação às armas antigas, já que as novas possuem “links de ação permissivos”, e os que não têm acesso não conseguirão dispará-las. De qualquer maneira, os terroristas que conseguirem roubar uma arma ou sua tecnologia estarão em posição de fazer grandes ameaças, porque ninguém terá certeza se eles poderão detoná-las ou não. Ainda segundo Bunn e Wier (2004, p.157), o ponto principal é que, se os terroristas tiverem acesso às armas, haverá poucas razões para acreditar que eles não fariam seu uso.

Em conclusão, a atual dinâmica do sistema internacional merece atenção, uma vez que os novos atores presentes questionam a legitimidade das estruturas tradicionais, e esses atores não estão envolvidos no regime de não proliferação nuclear.

### **3 A dissuasão nuclear e práticas contraditórias**

O poder dissuasório dos armamentos nucleares constitui-se na capacidade de impedir alguém de fazer algo pelo receio ou ameaça do uso de armas nucleares. Waltz (1981), em sua tese “*More may be better*”, assume que a dissuasão nuclear é essencial para os Estados, uma vez que elas reduzem os erros de cálculo (*idem*). Portanto, a probabilidade de guerra diminui à medida que a dissuasão e a defesa de uma nação aumentam. Segundo Waltz, ao observar o comportamento dos Estados Unidos e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), percebe-se que só se usa a dissuasão em interesses vitais, e que os países conseguem se comunicar melhor entre si mesmos (*idem*)

O autor neorrealista assume que a dissuasão relativa à arma nuclear apresenta facilmente uma conclusão errônea de que as estratégias de dissuasão, se forem necessárias, produzirão uma catástrofe, com capacidade de aniquilação. Todavia, como os países sabem dos custos, o objetivo principal se torna o controle da força, em tempos de guerra e em tempos de paz. Em resumo, o pensamento de Waltz enfatiza que a dissuasão promete ser menos danosa do que estratégias de guerra tradicional:

Por diversas razões, portanto, as estratégias de dissuasão prometem menos danos do que as estratégias de combate. Primeiro, as estratégias dissuasivas induzem à cautela em todos os aspectos e, assim, reduzem a incidência da guerra. Em segundo lugar, as guerras travadas face a armas nucleares estratégicas, devem ser cuidadosamente limitadas porque um país que as possua pode retaliar se os seus interesses vitais forem ameaçados. Terceiro, a punição futura só precisa de ser proporcional aos ganhos esperados do adversário na guerra, depois de esses ganhos serem descontados das muitas incertezas da guerra. Quarto, se a dissuasão falhar, algumas ogivas entregues criteriosamente provavelmente produzirão sobriedade nos líderes de todos os países envolvidos e, assim, provocarão uma rápida atenuação (WALTZ, 1981, p 21, *tradução nossa*)<sup>2</sup>.

Em contrapartida, Jesus (2013) afirma que a dissuasão possui limitações e problemas. Segundo o autor, o conceito de capacidade dissuasiva parece operar somente em atores racionais se este só é plausível se os adversários demonstrarem intenção de usar armas nucleares. Entende-se, pois, que “a confiança na dissuasão pode levar à proliferação nuclear e às corridas armamentistas, e a dissuasão pode criar instabilidade e situações perigosas por conta de erros de cálculo, problemas de comunicação e acidentes técnicos” (*idem*, p. 83). Além disso, a dissuasão é dispendiosa, por requerer modernização contínua, assim como o desenvolvimento e a produção de novas armas (Gärtner, 2012).

Teóricos afirmam que a dissuasão nuclear é um processo que provoca instabilidade no sistema internacional, o qual gera o risco de uma guerra por “inadvertência” ou de forma “impremeditada” (Kahn, 1960), em decorrência de um possível acidente ou do emprego do artefato por alguém que não tenha a autoridade para fazê-lo. Portanto, o foco excessivo somente nos armamentos e a desconsideração dos demais componentes da capacidade bélica nuclear “produzem entendimentos ingênuos da dissuasão nuclear e da ideia de estabilidade nuclear que

---

<sup>2</sup> Texto original em inglês: For several reasons, then, deterrent strategies promise less damage than war-fighting strategies. First, deterrent strategies induce caution all around and thus reduce the incidence of war. Second, wars fought in the face of strategic nuclear weapons must be carefully limited because a country having them may retaliate if its vital interests are threatened. Third, prospective punishment need only be proportionate to an adversary's expected gains in war after those gains are discounted for the many uncertainties of war. Fourth, should deterrence fail, a few judiciously delivered warheads are likely to produce sobriety in the leaders of all of the countries involved and thus bring rapid de-escalation (Waltz, 1981, p 21).

tal dissuasão produziria, com consequências políticas muito perigosas notadamente no que se refere à proliferação e não proliferação de armamentos nucleares” (Diniz, 2016, p. 11-12) além de desafios ao controle de armamentos e ao desarmamento.

Segundo Peter Rudolf (2018), do *German Institute for International and Security Affairs*, existe a discussão de que a “paz nuclear” é apenas uma hipótese especulativa. O autor aponta como certo que “a relação de dissuasão nuclear entre os Estados Unidos e a União Soviética não era de forma alguma tão estável como a tese de ‘longa paz’ transmite” (Rudolf, 2018, p. 24, *tradução nossa*)<sup>3</sup>. Essencialmente, isso acontece porque pode haver erros tanto das máquinas, quanto no julgamento da capacidade e das intenções do outro, o que, potencialmente, pode gerar uma situação muito perigosa.

É assumido que a estabilidade da dissuasão não pode ser dada como certa (*idem*), uma vez que, devido ao desenvolvimento tecnológico, a estabilidade estratégica pode se tornar mais precária que a da época da Guerra Fria. O autor afirma, ainda, que o desenvolvimento cibernético e de armas autônomas criam risco de uma crise, crescentemente vulnerável, por erros de computadores e sistemas automatizados. Isso significa que o comando de controle automático de um computador pode ser frágil e interpretar a realidade de maneira perigosa. A conclusão de seu pensamento é que a dissuasão nuclear é uma construção em que as suposições desempenham um papel fundamental, logo, falta base empírica em seu estudo.

Outros países, além dos Estados Unidos e da Rússia, também consideram a dissuasão nuclear como central para sua segurança. Um desses casos é a França. O presidente francês, Emmanuel Macron, afirmou que a dissuasão é um pilar da segurança e da garantia dos interesses vitais do país (Macron, 2017 *apud* Parly, 2020). A dissuasão representa um último instrumento de barganha na política internacional. Para a Ministra das Forças Armadas Francesa, Florence Parly, a escolha da defesa pela capacidade nuclear ou pela dissuasão representa uma luta pela liberdade a fim de manter a soberania do seu país. Há o entendimento de que, com a Guerra Fria, foi acrescentada uma prioridade ao país: a posse de armas nucleares garante a estabilidade e a paz. No documento *France and Nuclear Deterrence A Spirit of Resistance*, Parly afirma que, com as nações modernizando suas armas e com países como a Coreia do Norte desenvolvendo o seu próprio programa nuclear, a dissuasão nunca esteve mais importante. E, por isso, ela afirma: “a dissuasão nos permite ser livre” (Parly, 2020, p.6, *tradução nossa*)<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Texto original em inglês: “the nuclear deterrent relationship between the United States and the Soviet Union was by no means as stable as the thesis of the “long peace” conveys” (Rudolf, 2018, p. 24).

<sup>4</sup> Texto original em inglês: “Deterrence allows us to be free” (Parly, 2020, p. 6).

O atual governo do Reino Unido aparenta ter posicionamento similar ao da França. De acordo com o governo britânico, é afirmado que estão comprometidos a possuir um mínimo de poder destrutivo, a fim de conter qualquer agressor (Gov UK, 2018). O país ressalta que tem consciência dos danos que as armas nucleares podem trazer para a humanidade e, por isso, indica que demonstrou esforços para o desarmamento. Ainda assim, o governo britânico assume que o sistema de dissuasão nuclear existe para deter as ameaças mais extremas à segurança nacional do país, processo que não pode ser feito por outros meios.

Em janeiro de 2022, os líderes dos países que são membros permanentes do Conselho de Segurança anunciaram que “uma guerra nuclear não pode ser vencida e não deve nunca ser travada” (White House, 2022, tradução nossa)<sup>5</sup>. Nesse anúncio, ainda foi afirmado que tais armas somente devem ser usadas para propósitos de defesa, para deter agressão e prevenir guerras, além de afirmarem que a expansão dessas armas deve ser prevenida. E, por fim, afirmam que o objetivo final é um mundo sem armas nucleares (*idem*).

Em suma, entende-se que os estados nuclearmente armados veem grandes vantagens na dissuasão nuclear, pois esse instrumento ainda é considerado um pilar para sua segurança nacional e confiam no sistema e dissuasão através da paz nuclear. Mesmo que haja críticas em relação à moralidade dessa prática, uma vez que a dissuasão se baseia em uma hipótese – principalmente na racionalidade –, nem sempre as relações entre Estados são feitas apenas pela racionalidade; é necessário considerar outros fatores.

#### **4 Militarização dos países**

Pesquisas recentes apontam um aumento na militarização dos países. Existe uma diferença entre militarismo e militarização. O militarismo, segundo Kraska (2007), é uma ideologia focada no melhor meio de resolver problemas, constituindo uma série de crenças, valores e premissas de que o uso da força e a ameaça da violência são a maneira mais apropriada de resolução de problemas. Já a militarização é a implementação dessa ideologia, é o processo de armar, organizar, planejar, treinar e ameaçar e, por vezes, até implementar um conflito violento. Os indicadores da militarização envolvem o material: armas, equipamentos, tecnologia avançada; a cultura: linguagem, estilo, crenças e valores; o organizacional: que são arranjos como comandos e controle, esquadrões e operações militares; e o operacional: os padrões de atividades modeladas pelas áreas militares e de inteligência (*idem*)

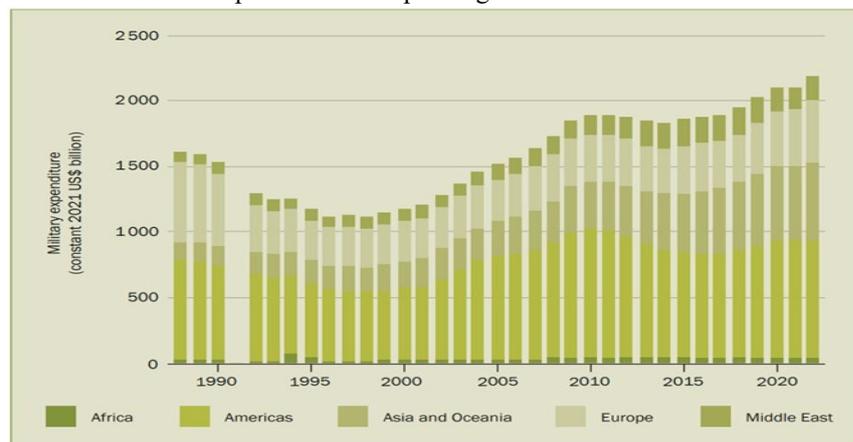
---

<sup>5</sup> Texto original em inglês “*a nuclear war cannot be won and must never be fought*” (White House, 2022).

Dada essa explicação, percebe-se que a militarização ocorre no mundo há anos. A opção pelo aumento ou não da militarização está na percepção de cada país, os quais decidem a possibilidade de ir à guerra, fato que, em geral, depende dos custos. Se o custo de uma guerra for muito alto e não valer a pena lutar, a paz prevalece. Por outro lado, se os custos forem baixos, são levados em consideração as perdas esperadas e o custo dos armamentos, o que pode possibilitar a opção de guerra. O terceiro cenário envolve o equilíbrio de armamento entre os oponentes, o que gera as duas probabilidades: a guerra ou a paz. Outro caráter a se considerar é o nível de militarização estratégica e as escolhas da guerra, que são afetadas pelas oportunidades.

O *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), instituição independente que estuda a segurança global, possui uma base de dados sobre gastos militares desde 1988 até 2022, a qual é atualizada anualmente. O gráfico abaixo representa os gastos militares por região por bilhões de dólares. A base está mais completa a partir de 1988 – os anos anteriores não possuem tanta informação, devido à falta de transparência da União Soviética –, a partir de 2015 até 2019, na região do Oriente Médio, os dados pararam de ser contabilizados, em 1991, devido à dissolução da URSS.

**Gráfico 1.** Despesas Militares por Região em Dólares Americanos

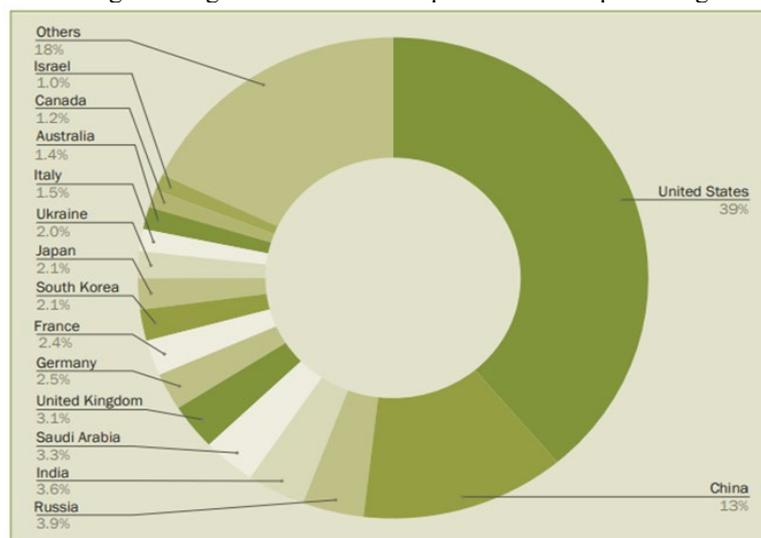


FONTE: SIPRI. Military Expenditure Database. Apr, 2023, p. 1.

Ao analisar o gráfico, percebe-se que vem ocorrendo o aumento geral de gastos com defesa militar. Esse aumento no total global ocorre desde 2015, sendo influenciado majoritariamente pelo comportamento da China e dos Estados Unidos. Os cinco países que mais gastam com esse quesito, segundo o SIPRI, são, respectivamente, os Estados Unidos, a China, a Rússia, a Índia e a Arábia Saudita, que juntos representam 63% do gasto mundial.

No entanto, o crescimento de 2022 se deu devido à invasão da Rússia na Ucrânia. O continente europeu aumentou seu gasto militar em 13% durante o ano, de acordo com o SIPRI em um relatório recente – *Trends In World Military Expenditure, 2022*. Isso significa o maior aumento desde o pós-Guerra Fria. Ademais, os gastos do continente africano e da Oceania também contribuíram para o crescimento.

**Gráfico 2.** Porcentagem dos gastos militares dos quinze Estados que mais gastaram em 2019



FONTE: SIPRI. Trends in World Military Expenditure. Apr, 2022, p. 3.

O gráfico acima mostra os quinze países que mais gastaram, de acordo com a instituição. Estes representam 82% do gasto mundial. Os Estados Unidos foram o país que mais teve gastos, com um total de 877 bilhões de dólares em 2022. A China, em segundo lugar, alocou 264 bilhões de dólares em gastos militares, conforme o relatório da SIPRI. Tal gasto se deve à lógica de promoção de tecnologia emergente no campo militar e na indústria de base.

Em terceiro lugar, está a Rússia, que aumentou seu gasto em 9,2% em 2022, cerca de 86,4 bilhões. A quantia alocada para defesa nacional subiu de 50 bilhões para 67 bilhões, o que significa 34% de crescimento e demonstra o aumento do custo da invasão na Ucrânia (SIPRI, 2022, p. 4). Em quarto lugar, está a Índia, com gastos militares em torno de 81,4 bilhões de dólares. Essa quantia demonstra as crescentes preocupações do país com suas fronteiras com a China e o Paquistão (p. 5). Por fim, em quinto lugar, está a Arábia Saudita, com uma quantia de 75 bilhões de dólares. A razão de tal gasto é devido à sua liderança da coalizão de países desde 2015 e que continuou ao longo de 2022, apoiada pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, com o intuito de levar de volta o governo do Iêmen – região controlada pelos houtis – ao país.

A fim de aprofundar os dados e as análises acima, serão utilizadas notícias jornalísticas em relação às tensões entre os países que mais estão se armando. Em primeiro lugar, destaca-se o conflito entre os Estados Unidos e a China. As tensões entre os países se referem ao comércio, à tecnologia, à mídia, à diplomacia e vem crescendo no controle do mar do Sul da China. Há quem acredite que a guerra seja improvável, pelo fato de a balança de poder entre os países estar rígida; outros acreditam que os países não conseguem fugir da “Armadilha de Tucídides”<sup>6</sup>.

Segundo o economista e escritor do *Asian Times*, David P. Goldman (2020), uma guerra entre os dois países não vai ocorrer. Ele afirma que a estratégia de Beijing é investir fortemente em armas de defesa, fazendo com que os Estados Unidos não tenham a opção de atacar. O professor e pesquisador, Graham Allison (2015), segue a mesma linha. Ele afirma que, por mais que a emergência do país asiático seja desafiadora, os tomadores de decisão de Washington devem ter aprendido cinco lições da Guerra Fria. A primeira sobre entrar numa guerra em que as duas potências possuem armas nucleares e que asseguram a destruição mútua; a segunda é que os líderes precisam estar preparados para o risco que é uma guerra a qual eles não podem ganhar; o terceiro, chamado de regras precárias do *status quo*, é que a relação entre os países inclui ordenamentos e normas, o que limita a vontade somente deles, sendo preciso considerar outros fatores, pois para o *status* continuar funcionando, é necessário precaução, comunicação, compromisso e cooperação; a quarta é que o desempenho doméstico é tão decisivo quanto o internacional; e por fim, a esperança não é uma estratégia, enquanto na Guerra Fria o plano dos Estados Unidos era deter a expansão da URSS, hoje, a estratégia é a esperança, segundo o autor.

Por outro lado, um dos principais atores da escola do neorealismo ofensivo, John Mearsheimer afirma que a guerra é inevitável. Em uma entrevista para o *The Asahi Shimbun*, o acadêmico afirmou que o que mais importa na relação entre os países é a balança de poder. Para ele, essa nova Guerra Fria existe desde os anos 2000, quando a China começou a emergir, e hoje existe o medo de que este país seja um *hegemon* regional na Ásia. Além de afirmar que a guerra é inevitável, Mearsheimer sugere que há uma séria possibilidade de as armas nucleares serem usadas,

é possível pensar em termos de uma “guerra nuclear limitada”, com o uso nuclear limitado [...] Então, me preocupo bastante que não apenas tenhamos uma guerra entre

---

<sup>6</sup> Definido por Graham Allison, a partir da ideia do historiador Tucídides, que afirma que na emergência de uma potência ameaçando o *hegemon* do sistema, não existe outra opção senão a guerra.

os Estados Unidos e a China, mas também que haja uma séria possibilidade de que armas nucleares sejam usadas (MEARSHEIMER, 2020, tradução nossa)<sup>7</sup>.

Mais um fator importante nesse cenário é a invasão da Rússia na Ucrânia. A tensão entre os dois Estados ocorre há anos. A Ucrânia era uma das 15 nações que compunham a URSS e, em 1991, com sua queda, a Ucrânia passa a ser uma nação independente que estabelece laços próximos com as potências ocidentais.

De acordo com John Mearsheimer, acadêmico já citado anteriormente, em entrevista ao *The New Yorker*, a tensão aumentou em 2008, quando a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) afirmou que a Ucrânia e a Geórgia iriam fazer parte do grupo. Isso foi visto pelos russos como uma ameaça vital e que se não houvesse essa decisão, também não haveria a guerra atual na Ucrânia (2022). O autor afirma que a guerra é o resultado da política das grandes potências, e quando se tem um vizinho que é uma grande potência, é necessário ser cuidadoso, porque ele pode retaliar. Mearsheimer ainda ressalta que os Estados no hemisfério ocidental entendem bem disso, já que têm os Estados Unidos como vizinho.

Em relação ao conflito da Índia e do Paquistão, existe a disputa em diversos aspectos, desde a busca por aumento de poder na região, a elementos étnico-religiosos, políticos, identitários e territoriais – com o foco na Caxemira, Hyderabad e Junagadh –, e (Jornada, 2018). Devido a esse fator de relação conflituosa entre vizinhos, ocorreu a nuclearização dos países para o aumento de suas respectivas seguranças. O conflito da Caxemira é o que causa maior temor na comunidade internacional, uma vez que vem se intensificando e, mesmo antes da independência dos países pela Grã-Bretanha, em 1947, já era uma área de instabilidade.

Dessa forma, como esses dois países não assinaram nem ratificaram o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT), a comunidade internacional demonstra preocupação, já que eles não têm a pretensão de reduzir seus arsenais e não buscam o desarmamento. Jornada (*idem*) ainda afirma que a Índia e o Paquistão têm se engajado numa corrida armamentista nuclear e que vêm frequentemente expandindo seus arsenais (*idem*).

As hostilidades no continente asiático também foram demonstradas pelas disputas entre Armênia e Azerbaijão, em Nagorno-Karabakh. Ambos os países viviam disputas territoriais antes mesmo da criação da União Soviética, em 1922, e posteriormente, os soviéticos incorporaram os dois países durante sua existência. Desde 1990, a situação tinha sido contida,

---

<sup>7</sup> Texto original em inglês: “it's possible to think in terms of a "limited nuclear war," with limited nuclear use [...] So, I worry greatly that not only will we have a war between the United States and China, but also that there's a serious possibility nuclear weapons would be used” (Mearsheimer, 2020).

porém, em julho de 2020, o Azerbaijão entrou na guerra novamente e em 2023 retomou parte do território. Mais recentemente, diversos veículos de informação afirmam que o resultado dessa disputa é a limpeza ética de armênios. O ex procurador do Tribunal Penal Internacional, Luis Moreno Ocampo, afirmou que o mundo deve chamar os crimes que estão acontecendo lá pelo seu nome: genocídio (Ocampo, 2023). Por fim, nota-se que os países estão seguindo seus próprios interesses geopolíticos e a dinâmica de autoajuda: explicado por John Herz como

uma noção estrutural na qual a tentativa de autoajuda entre os Estados em cuidar da segurança, tendem, independentemente da intenção, a levar a uma insegurança crescente para os outros, à medida que cada um interpreta as suas próprias medidas como defensivas e as medidas dos outros como potencialmente ameaçadoras (HERZ, 1950, p. 7, *tradução nossa*)<sup>8</sup>.

Dessa maneira, o aumento da militarização preocupa a manutenção do regime de não proliferação de armas nucleares, já que está sendo criado um cenário de corrida armamentista.

## 5 O futuro do regime

Por mais que o regime tenha sido construído ao longo de anos e se mantido, há alguns questionamentos. Estes derivam da contínua erosão dos arranjos do pós-Guerra Fria, entre a OTAN e a Rússia, da ascensão da China e da incerta participação que os Estados Unidos e a Rússia vêm apresentando no sistema multilateral. Tudo isso influencia a efetiva coordenação entre os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, da qual depende o regime em questão.

O futuro do regime de controle nuclear também foi questionado em 2018, devido às incertezas acerca do Tratado das Forças Nucleares de Alcance Intermediário (Tratado INF). Este foi ratificado em 1987, entre Estados Unidos e União Soviética, com a finalidade de eliminar e renunciar os mísseis balísticos de curto e médio alcance. Isso foi considerado um marco na relação entre os dois países e também contribuiu para a diminuição da produção e posse das armas nucleares na época. Em 2019, foram feitas acusações de que a Rússia estava violando o acordo, o que foi negado pelo país. Com isso, os Estados Unidos se retiraram formalmente do Tratado, com apoio da OTAN; em seguida, a Rússia também anunciou que suspenderia, oficialmente, suas obrigações com o Tratado.

---

<sup>8</sup> Texto original em inglês: como “A structural notion in which the self-help attempts of states to look after their security needs tend, regardless of intention, to lead to rising insecurity for others as each interprets its own measures as defensive and measures of others as potentially threatening” (Herz, 1951, p. 7)

Outro tratado importante suspenso em 2023 é o New Start, o qual foi assinado em 2010. Este tinha o objetivo de ser um controle entre os Estados Unidos e a Rússia, pois limitava o número de ogivas nucleares que os dois países poderiam implantar. Porém, em fevereiro de 2023, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, afirmou que foi forçado a anunciar a suspensão da participação do país, uma vez que, de acordo com Putin, os Estados Unidos não estavam cumprindo as suas cláusulas e que tentam minar a segurança nacional da Rússia (Aljazeera, 2023). Além disso, o repórter James Bays, da Aljazeera, afirma que esse anúncio provavelmente foi direcionado aos países da Europa e aos Estados Unidos, devido ao suporte dado à Ucrânia (2023).

Mais um desafio do regime são os desenvolvimentos tecnológicos, como sistemas não tripulados, robótica e capacidades cibernéticas, os quais questionam a aplicabilidade da abordagem tradicional dos tratados de controle de armas nucleares. Segundo Doug Irving (2018), o medo de que computadores – por malícia ou por um erro – possam disparar armas nucleares assombra a imaginação das pessoas desde a Guerra Fria. Isso ocorre, principalmente, porque os computadores desafiam as regras básicas da dissuasão nuclear e podem levar os humanos a tomarem decisões errôneas, ao aumentar a percepção de riscos. Por isso, é importante ressaltar que as instituições e os regimes multilaterais estão sofrendo crise de legitimidade.

Isso ocorre, entre outros motivos, porque o processo de globalização desafiou as autoridades tradicionais – os Estados – e, assim, emergiram novos atores no sistema internacional, fazendo com que houvesse um deslocamento para grupos subnacionais e entidades supranacionais. Além disso, há o questionamento das instituições e do próprio multilateralismo devido às dificuldades das organizações de escopo mundial para solucionar problemas contemporâneos. Como as instituições foram inicialmente criadas para reunir os Estados, a fim de discutirem diversos temas, a presença de novos agentes não estatais passou a questionar o papel das instituições. E, por fim, há o entendimento da política de poder – que sempre esteve presente, por mais que, às vezes, velado – de que os países competem entre eles mesmos e priorizam seus próprios interesses em detrimento do coletivo.

Essa crise vem se mostrando desde os anos 2000 com as mudanças no equilíbrio de poder e no eixo da dinâmica internacional, no sentido das tensões entre Estados Unidos e China. Segundo Scantimburgo, a rivalidade das duas potências em diversos âmbitos impacta o funcionamento do multilateralismo tradicional e proporciona novas possibilidades para o multilateralismo. Além disso, aponta-se que:

emergência de lideranças políticas conservadoras e de um nacionalismo não cooperativo em países que tiveram papel relevante na construção do multilateralismo no pós Segunda Guerra Mundial, colocam desafios adicionais para as perspectivas de governança internacional (Scantimburgo, Morales, Junior, Pires, 2019, p. 3).

Segundo o Relatório da Stanford, *Global Populisms and Their Challenges*, elaborado por Grzymala-Busse, Kuo, Fukuyama e Mcfaul (2020), a ascensão do populismo coloca a democracia em risco. As ameaças acontecem de três maneiras: a primeira é através do enfraquecimento das instituições formais, ao construírem a narrativa de que estas são criações de uma “elite corrupta”, portanto desacreditadas; ainda, pela redefinição das pessoas, muitas vezes excluindo alguns grupos – imigrantes, grupos econômicos marginalizados, minorias religiosas e etnias vulneráveis –; e, por fim, pela erosão de normas informais da democracia, ao invés de aceitarem a imprensa livre e a oposição política (Grzymala-Busse; Kuo; Fukuyama; Mcfaul, 2020).

Nesse contexto, o *The McGill Tribune* enfatiza a ligação entre o populismo e a ameaça do uso das armas nucleares. Segundo o professor de ciência política, T.V. Paul, o risco de líderes populistas usarem armas nucleares está presente tanto em conflitos regionais como globais. Para Thomas Countryman, antigo Secretário de Estado Adjunto dos Estados Unidos para Segurança Internacional e Não Proliferação, o maior risco é o de má comunicação entre os países, o que pode levar a um conflito de menor escala para uma disputa nuclear. Ele ainda afirma que os tratados para a prevenção de proliferação de armas nucleares eram eficazes no passado, mas agora há desafios mais complexos, como o crescimento do nacionalismo e da extrema direita, que fazem parecer que controle de armas é inapropriado para um líder forte (Countryman, *apud* Russell, 2019, sp.).

Além do populismo, o desafio das armas nucleares é o problema com a transparência, principalmente em países como a Rússia, a China, a Coreia do Norte e Israel. O governo da Índia e do Paquistão declaram informações sobre seus testes, porém poucas sobre o *status* ou tamanho do arsenal; a Coreia do Norte não informa as capacidades das suas armas; e Israel tem uma postura, de longa data, sobre não comentar a respeito do assunto. Esses países não são signatários do TNP e ainda passam impunes.

Por outro lado, pode-se observar esforços multilaterais a fim de conter esse avanço. Um primeiro passo foi em 2017 com a negociação e abertura para assinaturas do Tratado de Proibição de Armas Nucleares. O foco é o desarmamento global e total. É o primeiro acordo que visa proibir o desenvolvimento, a implantação, posse e uso de armas nucleares; até agora, o tratado foi assinado e ratificado por 50 países. Além disso, durante o ano de 2018, o Secretário

Geral da ONU, António Guterres, lançou a nova agenda sobre Desarmamento na ONU, *Securing Our Common Future*.

Segundo o documento, o motivo pelo qual é necessário o desarmamento é a volta das tensões em um ambiente mais complexo e perigoso. Os conflitos armados estão mais duradouros, frequentes e mais devastadores; e as guerras ou conflitos civis estão ligados com rivalidades regionais e globais, envolvendo mais atores não estatais – como grupos terroristas, milícias organizadas e extremistas violentos, munidos com vários tipos de armas. A governança do sistema internacional também está mais complexa, com diversos interesses que questionam o processo do desarmamento (ONU, 2018).

Por fim, ainda de acordo com a Agenda, nesse tempo de crescente conflito e de tensões internacionais persiste a noção de que a melhor maneira de atingir a segurança é através do armamento, ao invés da cooperação e do diálogo. Afirma-se que os tratados, os canais de comunicação e as linhas diretas de comunicação ajudaram a prevenir que conflitos em menor escala se tornassem de maior escala. Por consequência, para melhorar o tópico da segurança internacional e seu ambiente, é preciso que a comunidade internacional não trabalhe somente para desvalorizar as opções militares, mas também valorize o papel do diálogo político e das negociações para desarmamento e controle de armas (ONU, 2018).

## **6 Considerações finais**

O aumento de gastos militares ocorre em um ritmo de corrida armamentista no qual uma série de tratados e acordos estão sendo abandonados. É possível perceber que as medidas já tomadas estão deixando de controlar e de reduzir as armas nucleares. Por mais difícil que seja criar novos acordos – principalmente com a entrada de novos atores nesse sistema e com o fato de que as armas nucleares não se limitam mais a mísseis, mas abarcam novas tecnologias com usos difíceis de rastrear e monitorar –, é necessário que sejam revisados os regimes de segurança, em especial o de não proliferação, para lidar com os desafios da nova era.

Para a possibilidade da criação ou reinvenção do regime, é necessário não apenas um foco na proteção do indivíduo – por meio da ideia de segurança humana –, mas também a presença da China. Se esse país for cooperativo e construtivo no regime, pode haver a tendência de que Paquistão e Índia – que romperam com o TNP – também se mostrem abertos à negociação de um regime mais específico sobre o tema e que levem em consideração os desafios mútuos.

Nota-se, portanto, que com o intuito de um regime conseguir abranger as particularidades da dinâmica atual, não se pode basear somente às potências do passado. Sendo assim, defende-se aqui um regime de não proliferação nuclear que aumente o escopo e leve em consideração o Paquistão, a Índia, a Coreia do Norte e Israel, Estados que, até o momento, não participam de acordos multilaterais com finalidade de reduzir ou eliminar as armas nucleares.

A partir do apresentado, entende-se que o mundo de quando foram criados os tratados e o regime de não proliferação de armas nucleares e o mundo de hoje apresentam condições bem díspares, por isso, há a necessidade de mudança. Os desafios recentes – a tecnologia e os novos tipos de armas, as transformações na política internacional, principalmente com a emergência da China – mostram que o regime sobre as armas nucleares precisa ser reestruturado a fim de conseguir abranger as novas características.

## Referências

ALLISON, Graham. *The Thucydides Trap*. *Foreign Policy*. 2017. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2017/06/09/the-thucydides-trap/>. Acesso em 15 set. 2020.

REUTERS. *Armênia e Azerbaijão acusam um ao outro de romper cessar-fogo*. Portal G1. 26 out. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/26/armenia-e-azerbaijao-acusam-um-ao-outro-de-romper-cessar-fogo.ghtml>. Acesso em 1 nov. 2020.

BARNABY, Frank. *Dirty Bombs and Primitive Nuclear Weapons*. 2005. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/22204/dirtybombs.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BULL, Hedley. *The Anarchical Society New York*: Columbia University. 2002.

BUNN, M. WIER, A. *The Seven Myths of Nuclear Terrorism*. Harvard University's Kennedy School of Government. 2004.

CHOTINER, Isaac. *Why John Mearsheimer Blames the U.S. for the Crisis in Ukraine*. *The New Yorker*. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/q-and-a/why-john-mearsheimer-blames-the-us-for-the-crisis-in-ukraine>. Acesso em: 13 de set. 2023.

DINIZ, Eugenio. *Armamentos Nucleares: Dissuasão e Guerra Nuclear Acidental*. *Rev. Carta Inter*. Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2016, p. 9-62. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/472>. Acesso em: 3 nov. 2020.

GÄRTNER, Heinz. Deterrence and disarmament. Österreichisches Institut für Internationale Politik. 2012. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-413614>. Acesso em: 15 outubro de 2020.

GOLDMAN, David P. Why there won't be a US-China war. *Asia Times*. 2020. Disponível em: <https://asiatimes.com/2020/08/why-there-wont-be-a-us-china-war/>. Acesso em: 10 setembro de 2020.

GOV UK. *The UK's nuclear deterrent: what you need to know*. 2018. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/uk-nuclear-deterrence-factsheet/uk-nuclear-deterrence-what-you-need-to-know#uk-and-nuclear-disarmament>. Acesso em: 13 outubro de 2020.

GRZYMALA-BUSSE, Anna. FUKUYAMA, Francis. KUO, Didi. McFaul, Michael. *Global Populisms and Their Challenges*. Stanford University, 2020. Disponível em: <https://stanford.ap.box.com/s/0afiu4963qjy4gicahz2ji5x27tednaf>. Acesso em 2 de setembro de 2020.

HERZ, John H. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. 1950. *World Politics*, Volume 2, Issue 2, January 1950 , pp. 157 – 180. Disponível em: <http://moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=28231>. Acesso em 18 de setembro de 2020.

HERZ, M. HOFFMAN, A R. *Organizações Internacionais: história e práticas*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOFFMAN, B. Terrorism Today and Tomorrow. In: HOFFMAN, B. *Inside Terrorism, Revised and Expanded Edition*. Columbia University Press, New York, 2006. Capítulo 9, pp. 257-295.

International Institutions and Global Governance Program. The Global Nuclear Nonproliferation Regime. Maio de 2012. Disponível em: <https://www.cfr.org/report/global-nuclear-nonproliferation-regime>. Acesso em: 23 junho de 2020.

IRVING, Doug. *How Artificial Intelligence Could Increase the Risk of Nuclear War*. RAND Organization. Disponível em: <https://www.rand.org/blog/articles/2018/04/how-artificial-intelligence-could-increase-the-risk.html>. Acesso em: 23 outubro de 2020.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Dissuasão, redução de armas nucleares e defesas antimísseis nos governos Bush e Obama. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 56, nº. 2, 2013, p. 79-93.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/VtQL33zScSGjrCjvJtK5xsQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 de setembro de 2020/

JORNADA. Felipe Frota. *O jogo estratégico nuclear: Índia x Paquistão*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:

<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3742/1/MO%205916%20-%20JORNADA.pdf>. Acesso em: 7 novembro de 2020.

KAHN, Herman. The Arms Race and Some of Its Hazards. *Daedalus*, Vol. 89, No. 4, Arms Control (Fall, 1960), pp. 744-780. Disponível em:

<<https://www.jstor.org/stable/20026614?seq=1>>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

KALDOR, Mary. *New & Old Wars: Organised Violence in a Global Era*. 3. ed. atual. Reino Unido: Polity Press, 2012.

KRASKA, Peter B. Militarization and Policing—Its Relevance to 21st Century Police,

*Policing: A Journal of Policy and Practice*, Volume 1, Issue 4, 2007, Pages 501–513.

Disponível em: <<https://academic.oup.com/policing/article-abstract/1/4/501/1440981?redirectedFrom=fulltext>>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

MEARSHEIMER, J. John. The False Promise of International Institutions. *International Security*, Vol. 19, No. 3, Winter, 1994-1995, p. 5-49. Disponível em:

<<https://www.sv.uio.no/livet-rundt-studiene/studiestart/kollokviefadder/artikler-til-kollokvietreff/the-false-promise-of-international-institutions.pdf>> . Acesso em 7 de outubro de 2020.

OCAMPO, Luis Moreno. Call what is happening in Nagorno-Karabakh by its proper name. *The Washington Post*. Disponível em:

<<https://www.washingtonpost.com/opinions/2023/09/22/nagorno-karabakh-genocide-armenia/>>. Acesso em 3 de setembro de 2023.

ONU - Organização das Nações Unidas. *Securing Our Common Future an Agenda for Disarmament*. 2018. Disponível em: <<https://front.un-arm.org/wp-content/uploads/2018/06/sg-disarmament-agenda-pubs-page.pdf>> . Acesso em 12 de outubro de 2020.

PARLY, Florence. France and Nuclear Deterrence - A Spirit of Resistance. *Recherches & Documents* Nº1/2020. Disponível em: <<https://www.frstrategie.org/en/publications/recherches-et-documents/france-and-nuclear-deterrence-spirit-resistance-2020>>. Acesso em 5 de outubro de 2020

PAYNE, Keith. Maintaining Flexible and Resilient Capabilities for Nuclear Deterrence, *Strategic Studies Quarterly*, 5, no. 2 Summer 2011, p. 13-29. Disponível em: <[https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/SSQ/documents/Volume-05\\_Issue-2/Payne.pdf](https://www.airuniversity.af.edu/Portals/10/SSQ/documents/Volume-05_Issue-2/Payne.pdf)>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

RUDOLF, Peter. *US Nuclear Deterrence Policy and Its Problems*. SWP Research Paper 10. German Institute for International and Security Affairs. 2018. Disponível em: <[https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/research\\_papers/2018RP10\\_rdf.pdf](https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/research_papers/2018RP10_rdf.pdf)>. Acesso em 17 de setembro de 2020.

RUSSELL, Nina. Experts discuss threats to the international nuclear order. *The McGill Tribune*. 2019. Disponível em: <<http://www.mcgilltribune.com/news/6474654-110519/>>. Acesso em 1 de setembro de 2020.

SCANTIMBURGO, André. MORALES, Daniel. JUNIOR, Haroldo Ramanzini. PIRES, Marcos Cordeiro. Crise do Multilateralismo. *Mundo e Desenvolvimento*, Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP. v. 2 n. 3. 2019. Disponível em: <[https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI\\_MundoeDesenvolvimento/article/download/49/49/](https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/download/49/49/)>. Acesso em 26 de outubro de 2020.

SIPRI. *Trends In World Military Expenditure*, 2022. Stockholm: April, 2023

SIPRI. *Yearbook. 2020*. Oxford University Press. 2020.

SIPRI. *Yearbook. 2023*. Oxford University Press. 2023.

SMITH, D. Barack Obama at nuclear summit: 'madmen' threaten global security. *The Guardian*. Abr 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2016/apr/01/obama-nuclear-security-summit-stop-madmen-isis-terrorism>>. Acesso em 5 maio de 2020.

VERMA, Pranshu. In Wake of Recent India-China Conflict, U.S. Sees Opportunity. *The New York Times*. 3 de Outubro de 2020. Disponível em <

<https://www.nytimes.com/2020/10/03/world/asia/india-china-trump.html?auth=login-google1tap&login=google1tap>>. Acesso em 8 novembro de 2020.

WALTZ, Kenneth. The Spread of Nuclear Weapons: More May Better, *Adelphi Papers*, Number 171 London: International Institute for Strategic Studies, 1981, p.1-38. Disponível em: <<https://theasrudiancenter.files.wordpress.com/2017/01/kenneth-waltz.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2020.

WALTZ, Kenneth. *The Theory of International Politics*. Estados Unidos: Addison-Wesley Series in Political Science. 1979.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.

What is the New START nuclear deal and why did Russia suspend it? ALJAZEERA. Disponível em: < <https://www.aljazeera.com/news/2023/2/22/what-is-the-new-start-nuclear-deal-and-why-did-russia-suspend-it>>. Acesso em 15 de setembro de 2023

WHITE HOUSE. *Joint Statement of the Leaders of the Five Nuclear-Weapon States on Preventing Nuclear War and Avoiding Arms Races*. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/01/03/p5-statement-on-preventing-nuclear-war-and-avoiding-arms-races/>>. Acesso em 17 de setembro de 2023.

**Recebido em 05 de outubro de 2023.**

**Aceito para publicação em 16 de dezembro de 2023.**